

DGARQ

## Uma nova orgânica ■

NO PASSADO DIA 29 DE MARÇO de 2007 foi publicado o Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março que, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), estabelece a lei orgânica da Direcção-Geral de Arquivos, concretizando assim o preconizado no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que por sua vez tinha consagrado a lei orgânica do Ministério da Cultura. Este primeiro diploma iniciou o processo de estabelecimento das diferentes unidades orgânicas, nucleares, flexíveis e outras, que compõem a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ), estabelecidas na Portaria n.º 372/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 64, de 30 de Março de 2007 e sequentes despachos do Director-Geral.

Convém desde logo assinalar que o novo organismo (DGARQ) integra as atribuições até aqui cometidas ao Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT) e ao Centro Português de Fotografia (CPF), os quais foram extintos tendo sido objecto de fusão, «mantendo, todavia, as respectivas identidades».

Em síntese poderemos referenciar os principais aspectos diferenciadores relativamente à anterior Lei orgânica (Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março):

- Clara diferenciação entre as competências de coordenação nacional dos arquivos (residentes nos serviços centrais) e as competências de gestão de acervos tutelados (residentes nos Arquivos dependentes).
- Recuperação da identidade própria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Assunção de que o organismo pode tutelar outros Arquivos que não apenas os tradicionais Arquivos Distritais.
- Clarificação do âmbito da dependência/autonomia dos Arquivos dependentes.
- Eliminação de disposições obsoletas, nomeadamente no que respeita às competências dos Arquivos Distritais.
- Inclusão de mandato para dar execução à Lei de Bases do Património Cultural.
- Inclusão explícita dos novos arquivos electrónicos no âmbito da actuação do organismo.
- Reforço da vocação de órgão de gestão nacional de arquivos.
- Inclusão de mandatos relacionados à criação e gestão de uma rede de informação sobre o património arquivístico e fotográfico.
- Maior número de arquivos dependentes.
- Autorizar a exportação ou expedição temporária ou definitiva de

bens do património arquivístico e fotográfico.

Ainda no âmbito do PRACE, ficaram delineadas algumas competências a serem exercidas em articulação com outros organismos de coordenação, sendo de salientar:

- Competências ao nível da fiscalização, por se prever a sua concentração numa única entidade fiscalizadora, para todos os sectores do Ministério.
- Garantida a capacidade de gestão de processos de suporte, caso os mesmos não sejam assumidos pela Secretaria-Geral.
- Competências na área da conservação e restauro.

Neste contexto a DGARQ deixa de ter a designação de Instituto Público e passa a assumir-se como um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa. Desta forma mantém o mesmo estatuto financeiro do regime anterior e fica posicionada claramente como uma das componentes essenciais da administração do Estado português.

A DGARQ, enquanto órgão de gestão nacional dos arquivos, tem por missão estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística, considerando os arquivos, qualquer que seja a forma e suporte do seu registo, como

recurso da actividade administrativa, fundamento da memória colectiva e individual, factor de identidade nacional e instrumento para alargar o direito ao conhecimento.

Enquanto entidade de tutela do património cultural arquivístico, tem por especial missão a administração das medidas adequadas à concretização da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

A DGARQ, enquanto tutela institucional de um conjunto de Arquivos dependentes, depositários de património arquivístico protegido, tem ainda por missão a sua salvaguarda, valorização, divulgação e acesso, promovendo políticas adequadas de forma a garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como fonte de investigação científica e a universalidade da sua fruição.

Na prossecução da sua missão, a DGARQ integra o sistema de regulação da actividade administrativa do sector público tendo como parceiros de referência, estratégica e programática, as entidades com competência na definição das medidas de política de gestão e modernização da Administração Pública.

De acordo com a nova forma de organizar os serviços do Estado, preconizada pelo PRACE, são no mínimo três os diplomas que enformam as Direcções-Gerais. No caso da DGARQ, o já referido Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna, tendo as Portarias n.º 372/2007, posteriormente rectificadas pela Declaração n.º 49/2007, de 25 de Maio de 2007, e n.º 394/2007, ambas de 30 de Março, estabelecido a sua estrutura nuclear e respectivas competências, bem como o limite máximo de unidades flexíveis, 4 para os serviços centrais da DGARQ, 3 para o Arquivo Nacional da Torre do

Tombo ainda os serviços dependentes de âmbito regional, com excepção de Leiria e Porto.

A estrutura nuclear da DGARQ pretende espelhar a diferenciação estabelecida entre Serviços Centrais de coordenação nacional da política arquivística nacional, plasmados na Direcção de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico (DSAAT), na Direcção de Serviços de Inovação e Projectos Estratégicos (DSIPE) e na Direcção de Serviços de Gestão (DSG) e os serviços depositários do património arquivístico nacional de âmbito nacional e regional. De salientar ainda que o Director-Geral é o director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No desenvolvimento dos instrumentos legais acima referidos e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, foram também produzidos vários Despachos que configuram a DGARQ com a seguinte estrutura:

#### A – Serviços Centrais:

1. Directamente dependentes da Direcção ficam enquadrados o Gabinete SIARQ, o Gabinete de Relações Externas e Cooperação (GREC), a Divisão de Sistemas de Informação (DSI) e a Divisão de Informação, Formação e Qualidade (DIFQ);
2. Na dependência da Direcção de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico (DSAAT) passam a existir a Divisão de Apoio Externo e Normalização (DAEN) e o Gabinete de Salvaguarda do Património (GSP);
3. A Direcção de Serviços de Inovação e Projectos Estratégicos (DSIPE) inclui a Divisão de Gestão de Projectos (DGP); e
4. A Direcção de Serviços de Gestão (DSG) envolve o Gabinete

de Recursos Humanos (GRH), o Gabinete de Contabilidade, Património e Aprovisionamento (GCPA), o Gabinete de Gestão de Infra-estruturas (GGIE).

#### B – Serviços Dependentes de âmbito nacional:

1. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo estrutura-se numa Direcção de Serviços do Património Arquivístico (DSPA) e compreende a Divisão de Aquisições e Tratamento arquivístico (DATA), a Divisão de Conservação e Restauro (DCR) e a Divisão de Comunicação (DC). Por sua vez, a esta última divisão foram atribuídas as seguintes unidades: Gabinete de Leitura Pública e Referência (GLPR), Gabinete de Coordenação de Serviços nos Depósitos (GCSD), Núcleo de Reprodução (NR) e Núcleo de Arquivo Fotográfico (NAF).
2. O Centro Português e Fotografia, com sede no Porto.

#### C – Serviços Dependentes de âmbito regional:

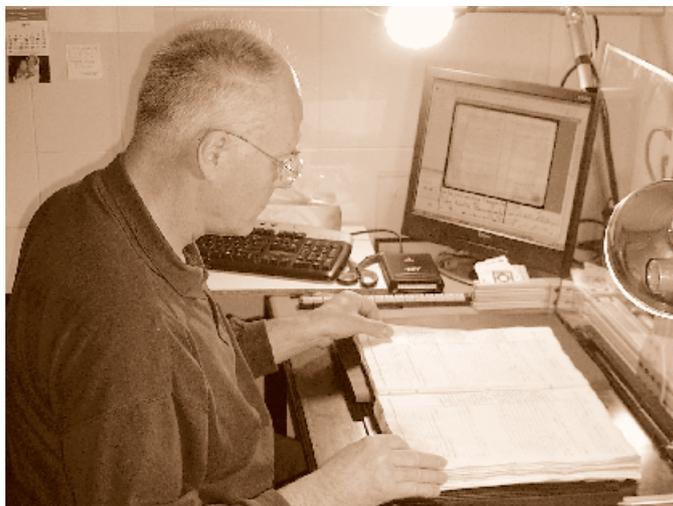
1. Arquivo Distrital de Aveiro
2. Arquivo Distrital de Beja
3. Arquivo Distrital de Bragança
4. Arquivo Distrital de Castelo Branco
5. Arquivo Distrital de Évora
6. Arquivo Distrital de Faro
7. Arquivo Distrital de Guarda
8. Arquivo Distrital de Leiria
9. Arquivo Distrital de Lisboa
10. Arquivo Distrital de Portalegre
11. Arquivo Distrital de Porto
12. Arquivo Distrital de Santarém
13. Arquivo Distrital de Setúbal
14. Arquivo Distrital de Viana do Castelo
15. Arquivo Distrital de Vila Real
16. Arquivo Distrital de Viseu.

*Silvestre Lacerda*  
DIRECTOR-GERAL

## ARQUIVOS DEPENDENTES

PORTO

### Digitalização de Registos Paroquiais ■



EM COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE GENEALÓGICA de Utah, o Arquivo Distrital do Porto (ADP) está a proceder à transferência de suporte, por processo de digitalização, de todos os seus registos paroquiais.

Este projecto, com início no segundo semestre de 2006, conta já com mais de 150 mil imagens digitais.

Sob o lema «O acesso à documentação através de um clique», disponibilizamos já em linha cerca de 30 mil imagens associadas às respectivas descrições, de registos paroquiais do Distrito desde o segundo quartel do século XIX, acessíveis através dos resultados da pesquisa em [www.adporto.org](http://www.adporto.org).

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

PORTALEGRE

### Digitalização dos Fundos Paroquiais ■

AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE colaboração celebrado entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (presentemente Direcção-Geral de Arquivos [D GARQ]) e a Sociedade Genealógica de Utah (SGU), teve início, em 13 de Novembro de 2006, a digitalização dos Fundos Paroquiais do Arquivo Distrital de Portalegre.

Conforme estabelecido no referido acordo de colaboração, ao Arquivo Distrital de Portalegre (ADPTG) competem a descrição dos fundos, a preparação da documentação a digitalizar e o controlo de qualidade das imagens produzidas; cabendo à SGU, no mesmo âmbito, a digitalização da documentação cuja conservação em formato digital e correspondente disponibilização em linha serão, por sua vez, asseguradas pela D GARQ.

Este projecto insere-se nas linhas estratégicas da D GARQ no que respeita à disponibilização da informação de Arquivo, sendo o principal objectivo



do ADPTG, com esta transferência de suporte, a preservação da documentação – número muito significativo de livros em mau estado de conservação –, e facilitar o acesso e a comunicação deste acervo documental, com a disponibilização das imagens no ADPTG e no *site* da D GARQ.

Os fundos paroquiais existentes no ADPTG têm como datas limite os anos de 1533 e 1905, sendo constituídos por 7927 unidades de instalação, num total de 104 m.l.

Quando se iniciou a digitalização, todos os registos, ao nível unidade de instalação, estavam já introduzidos na base de dados CALM, encontrando-se agora disponíveis à consulta pública através do TT Online.

A SGU digitalizou até ao momento cerca de 200.000

imagens, correspondentes aos livros das Paróquias de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão e Monforte. Destas 180.000 foram já entregues ao ADPTG, tendo sido controladas até agora, de acordo com as especificações da D GARQ, cerca de 70.000.

ARQUIVO DISTRITAL  
DE PORTALEGRE

## Projecto de transferência de suporte de Registos Paroquiais do Algarve ■

DECORRE DESDE JANEIRO DE 2007, nas instalações do Arquivo Distrital de Faro, a execução do projecto de transferência de suporte através de digitalização directa, de documentos originais de fundos paroquiais não microfilmados, relativos ao distrito de Faro. O protocolo, assinado em 30 de Agosto de 2006, entre a DGRARQ (à data da assinatura IAN/TT) e a Sociedade Genealógica de Utah, de âmbito nacional, encerra como principal objectivo a recolha de registos paroquiais em formato digital, de forma a concorrer para a sua disponibilização em linha a partir do seu sítio *web*.

Numa primeira fase o Arquivo Distrital de Faro encetou um processo de incorporação de registos paroquiais que completassem o âmbito cronológico até ao ano de 1905. Procurou-se integrar no projecto de digitalização o maior número de registos possível. Excepção feita a duas Conservatórias do Registo Civil do distrito de Faro, a maioria respondeu de forma positiva ao esforço de incorporação.

Ainda neste contexto inicial, com base nas lacunas existentes, o Arquivo Distrital de Faro elaborou uma investigação com o propósito de perceber a existência de mais registos paroquiais que se encontrassem sob custódia de outras entidades. Mediante a análise de várias fontes e a colaboração empenhada de alguns leitores, foi possível localizar registos paroquiais relativos às paróquias de Luz e Santo Estêvão do concelho de Tavira (do séc. XVI ao séc. XIX), documentos que se encontram à guarda da diocese do Algarve, que anuiu prontamente ao seu empréstimo.



O plano de trabalho elaborado pelo Arquivo Distrital de Faro engloba também a descrição dos fundos em causa na base de dados CALM, em simultâneo com a execução da digitalização. Desta forma o Arquivo Distrital pretende estar preparado para a integração das imagens em CALM complementando os registos paroquiais previamente descritos. No trabalho preparatório de codificação foram considerados os documentos custodiados pelo Arquivo Distrital de Lisboa, de modo a, numa integração futura da informação, verificar-se uma continuidade dos códigos de referência.

No que concerne à metodologia de trabalho implementada, a captura e a preparação das imagens e da meta-informação técnica são efectuadas externamente à base de imagens, através do recurso a *softwares* específicos: Photoshop, ACDSee e Excel. A meta-informação técnica da base de imagens do CALM desenvolvida no âmbito do Projecto TT Online dispõe de 32 elementos para identificar e descrever os objectos digitais. A posterior integração de dados na base de imagens será efectuada através de um *script* que associará as imagens às respectivas descrições arquivísticas através

de um elemento comum, o código de referência. A captação deverá produzir uma matriz com boa legibilidade que será gravada em formato tiff, sem compressão, com uma resolução espacial no mínimo de 300 dpi's. Posteriormente, a partir das imagens matrizes digitalizadas, será feita uma cópia/derivada, com

compressão 8 (em jpg, 8 bits, escala de cinza, 10x15cm) que facilitará a manipulação, a busca e o acesso a partir da pesquisa na base de dados. Paralelamente ao trabalho de captação será efectuado um controlo de qualidade das imagens digitais que consistirá em visualizar cada imagem, de uma amostra previamente definida, fazendo a comparação dos originais com a imagem digital: verificação de número, imagem, posição, enquadramento, foco, histograma e meta-dados.

A digitalização contempla a preservação das espécies originais, a preservação do conteúdo da informação e aumenta a possibilidade de acesso ao documento. Uma consequência lógica deste processo será a disponibilização *on-line* dos conteúdos, facilitando, deste modo, a partilha e o acesso à informação.

Até ao momento foram geradas 18.000 imagens, estando concluído um terço do total a digitalizar. Tendo em conta o ritmo de trabalho desenvolvido pelo Técnico responsável pela digitalização, poderemos apon-tar como data de conclusão do projecto o mês de Janeiro de 2008.

Paula Ferreira  
Paulo Mariz Lourenço

# Promoção do acesso público aos Arquivos de Fotografia do CPF ■

*O Centro Português de Fotografia, criado em 1997<sup>1</sup>, contribuiu para a criação e conseqüente desenvolvimento de uma cultura fotográfica em Portugal.*

TUTELADO, DESDE MARÇO DE 2007, pela Direcção Geral de Arquivos (DGARQ)<sup>2</sup>, compete actualmente ao CPF, entre outras vertentes, «promover a salvaguarda e valorização do património fotográfico, garantindo a aplicação de directivas técnicas, apoiando as entidades detentoras, públicas e privadas e incentivando o crescente acesso aos espólios»<sup>3</sup>.

O Centro Português de Fotografia, detém sob a sua responsabilidade um acervo que excede os dois milhões e duzentas mil espécies, distribuído pelos serviços localizados em Lisboa e Porto.

Desde a sua criação que o CPF/DGARQ vem apostando na conservação e digitalização das espécies e na sua divulgação junto da comunidade científica e público em geral. Presentemente, encontram-se disponíveis para consulta mais de sessenta mil espécies digitalizadas.

Com o objectivo de acelerar o conhecimento e fruição dos cidadãos aos conteúdos do seu acervo, candidatou o Centro Português de Fotografia em 2005 ao Programa Operacional de Cultura o projecto «Promoção do Acesso Público aos Arquivos de Fotografia do CPF».

O projecto tem como objectivos centrais o tratamento, o acondicionamento, a digitalização e a introdução na base de dados «DigitArq», base essa criada pelo Arquivo Distrital do Porto, de 14 500 negativos pertencentes aos fundos «O Século», «Tavares da Fonseca» e «Casa Alvão». A referida base de



Um grupo de vendedores de «O Século» à porta deste jornal.  
DATA: 1926/03/01 | FUNDO: EMPRESA PÚBLICA JORNAL O SÉCULO | FONTE: SERVIÇO DE ARQUIVO/LISBOA - MC/CPF  
REFERÊNCIA: PF-CPF-EPIS/001-001/0001/0360A (CITAÇÃO ELABORADA POR PAULO LEME, EM 2007/06/15).

dados estará disponível ao público no último trimestre deste ano, nas instalações do CPF no Porto e da DGARQ em Lisboa, bem como no site do CPF/DGARQ.

Ainda no âmbito deste projecto, serão realizadas duas versões do *workshop* «Organização e disponibilização de informação em arquivos fotográficos», sendo uma no Porto, no dia 18 de Outubro de 2007 e a outra em Lisboa, no dia 25 de Outubro de 2007, com o objectivo de difundir publicamente as metodologias de trabalho seguidas. Integrada ainda no âmbito das acções de divulgação deste projecto será realizado o seminário «Disponibilizar informação na web: Problemática e desafios», no Porto, no dia 30 de Outubro de 2007, com o objectivo de debater os problemas resultantes da disponibilização de conteúdos deste tipo *on-line* (com particular incidência nos problemas de *copyright*).

O projecto engloba também a elaboração de um guia dos fundos e colecções do CPF/DGARQ, em suporte tradicional e digital.

Para além da preservação dos instrumentos de pesquisa e dos suportes originais, o apoio do Programa Operacional de Cultura permitirá

ao CPF/DGARQ a entrada definitiva no universo das novas tecnologias de informação, a operacionalização de uma base de dados uniforme e eficiente e o contacto com novos públicos, ávidos de aceder a informação especializada sobre fotografia nas suas múltiplas vertentes.

Por outro lado, os investigadores e público em geral (nacional e estrangeiro) passarão a ter um acesso directo e rápido às informações contidas nos registos e às respectivas imagens disponibilizadas *on-line* e nas instalações do CPF no Porto e da DGARQ em Lisboa, dispensando assim a consulta directa das fontes. A introdução desta nova metodologia de trabalho trará, conseqüentemente, um aumento das pesquisas direccionadas para temáticas concretas. Tal facto permitirá aos investigadores detectarem rapidamente as imagens que necessitam para ilustrar os seus trabalhos e publicações, bem como uma melhoria substancial da qualidade de resposta aos pedidos por parte do CPF.

<sup>1</sup> Decreto-Lei N.º 160/97 de 25 de Junho, in Diário da República, I Série-A, N.º 144, pp.3098-3104.

<sup>2</sup> Decreto-Lei N.º 93/2007 de 29 de Março, in Diário da República, I Série, N.º 63, pp.1913-1916.

<sup>3</sup> Portaria N.º 372/2007 de 30 de Março in Diário da República, I Série, N.º 64, p.2013.

Fernando Costa

TÉCNICO SUPERIOR DE DESCRIÇÃO  
DOCUMENTAL EM FOTOGRAFIA



EM DESTAQUE

## Corpo Cronológico e Tratado de Tordesilhas inscritos no Registo da Memória do Mundo ■

A COLECÇÃO CORPO CRONOLÓGICO e o *Tratado de Tordesilhas*, bens arquivísticos custodiados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, integram um conjunto de 38 novas inscrições no *Registo da Memória do Mundo*. As referidas inscrições foram sancionadas pelo Director-Geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, sob proposta do Comité Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo, na sua 8.ª reunião, que decorreu de 11 a 15 de Junho do corrente mês em Pretória, África do Sul.

Tal classificação é, sem dúvida, um justo reconhecimento da enorme importância que os referidos bens representam para a história da humanidade.

O Corpo Cronológico é uma colecção formada sob a iniciativa do Guarda-Mor da Torre do Tombo, Manuel da Maia, durante o período de 1756 a 1764, a partir de documentos, maioritariamente originais – de 1161 a 1699 –, provenientes da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Tribunais Régios, incorporados no Arquivo Real da Torre do Tombo, desde 1569 até meados do século XVIII. Do critério da ordenação dos documentos – ordem cronológica – decorreu o próprio nome atribuído ao conjunto assim formado e constituído por três partes.

Inicialmente, esta colecção integrou apenas os documentos relativos aos negócios do Reino, entregues, em 1569, ao Guarda-Mor da Torre do Tombo, Damião de Góis, pelo Secretário de Estado e diplo-

mata, Pêro de Alcáçova Carneiro, aquando do seu cessar de funções, constituindo este primeiro conjunto a grande maioria dos documentos da colecção, respeitantes, grosso modo, a finais do século XV e primeira metade do século XVI. Aquando desta primeira incorporação, as cartas régias de 26 de Julho e de 22 de Novembro de 1569<sup>1</sup>, testemunhando o acto referenciado, dão-nos igualmente conta do volume e importância da documentação em causa, a avaliar pela explicitação das ordens referentes a procedimentos, critério a seguir no exame dos papéis e prontidão da sua execução.

Assim, e de acordo com as fontes mencionadas, foram, então, incorporadas, cerca de 60 caixas cofres, ordenando-se a Damião de Góis, para conveniência de serviço do Secretário de Estado sucedâneo, Miguel Moura, o exame, a breve prazo, dos documentos entregues, tendo em vista constituição de maços de acordo com separação por matérias e grau de confidencialidade, conforme se depreende dos respectivos textos das cartas régias.

Em meados do século XVII, em virtude da provisão de 14 de Julho de 1667, existe uma informação do Guarda-Mor, João Duarte Resende da qual consta que por morte do Procurador da Coroa, Tomé Pinheiro da Veiga, se mandaram recolher ao Real Arquivo vários maços de papéis de natureza pública e privada, que os seus testamenteiros entregaram. Dada a importância

das matérias neles contidas, estes documentos foram agregados ao primitivo conjunto documental, incorporado no século anterior.

Já no reinado de D. José, e por Decreto de 18 de Dezembro de 1754, é possível inferir, de acordo com João Pedro Ribeiro, que tenha ocorrido nova junção de documentos – da 2.ª metade do século XVII – à colecção até então criada, dado o decreto mencionado ordenar a recolha de documentos dispersos, por vários serviços, entre os quais, as Secretarias de Estado.

Em consequência do terramoto de 1755, os documentos da colecção sofreram alguma dispersão. Após a mudança de instalações do Real Arquivo do sítio do Castelo de S. Jorge para o Mosteiro de S. Bento da Saúde, Manuel da Maia, à época, Guarda-Mor da Torre do Tombo, fundamentando-se no princípio de que todos os documentos conservados no Real Arquivo têm crédito «ratione loci», e pressionado pelas circunstâncias, optou por ordenar os documentos pela cronologia dos tempos e reinados, dando azo à constituição de uma colecção com três partes distintas, designada de Corpo Cronológico.

Constituída por 83.212 documentos – acondicionados em 525 maços – com datas compreendidas entre o século XII e o fim do século XVII, a Colecção do Corpo Cronológico prima sobretudo pela informação de grande abrangência geográfica e temática, integrando fontes importantíssimas para o conhecimento da História da África, da Ásia, da

<sup>1</sup> Cf. CC, P. I, maço 108, doc. n.º 134 e 140.



América do Sul, nomeadamente do Brasil, e da Europa que permitem a reconstituição do contexto de uma época marcada fundamentalmente pelo desafio das descobertas a uma escala mundial.

Com efeito, desde os testemunhos das viagens atlânticas, relatando as descobertas das costas e reinos africanos, entre os quais o do mítico Preste João, o contacto com povos e civilizações até então desconhecidas, as relações comerciais em torno de materiais preciosos, o tráfico de escravos, a construção de fortalezas, as questões militares, as missões religiosas e a evangelização do Congo, passando pelos relatos da Índia, em que sobressaem a procura das especiarias, os contactos com as populações locais e países da zona – Malásia, China, Japão –, e consequentes informações sobre ascensão e queda do Império Português no Oriente – questões políticas, diplomáticas, religiosas, militares e comerciais – transmitidas através de abundante correspondência trocada entre os vice-reis e os reis de Portugal até às questões da colonização do Brasil e da diplomacia europeia, centrada nas ofensivas do império otomano, é toda uma mundividência que se espelha e apreende nos documentos desta fabulosa colecção de consulta obrigatória para o estudo dos descobrimentos e da expansão portuguesa e europeia.

Mais de metade dos documentos, c. 45.000 documentos, desta colecção encontram-se disponíveis *on-line*, no endereço: <http://ttonline.ianntt.pt>, através do código de referência PT-TT-CC.

O *Tratado de Tordesilhas*, assim denominado por ter sido cele-

brado na povoação castelhana de Tordesilhas, foi assinado em 7 de Junho de 1494, entre os reis Católicos de Espanha, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, e João II de Portugal, pondo termo a um período de complicadas negociações diplomáticas.

Os termos do tratado, estabelecendo uma linha de demarcação – meridiano imaginário – situado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, definiram a partilha do então chamado Novo Mundo entre ambas as coroas: as terras a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha, as situadas a leste seriam de Portugal. A ratificação do tratado pelos reis de Espanha teve lugar, em Arévalo, a 2 de Julho de 1494, e pelo rei de Portugal, em Setúbal, a 5 de Setembro de 1494.

A fixação da linha de Tordesilhas, ainda que imaginária, foi de imediato importante para a coroa portuguesa, cuja estratégia consistia em alcançar a Índia através do domínio das águas do Atlântico Sul.

Balizados pelos limites geográficos do tratado, Portugueses e Castelhanos nos séculos que se seguiram, trataram de assegurar a sua afirmação em regiões tão díspares como o Novo Mundo e o Extremo Oriente.

Esta harmonia viria, porém, a ser interrompida por uma consequência imprevista do tratado. Aquando da conclusão da viagem de circum-navegação de Fernão Magalhães ao serviço da Coroa espanhola, surgiu a disputa das ilhas Molucas – importante produtor de especiarias –, desencadeada pela coincidência da localização das referidas ilhas com o anti-meridiano de Tordesilhas, no hemisfério oposto. A celebração do

tratado de Saragoça, em 22 de Abril de 1529, acabou por solucionar esta questão.

Durante a maior parte do século XVI, a Europa acompanhou com grande interesse as concretizações pioneiras das nações ibéricas. Todavia, já em finais do século XVI, com o retorno financeiro da exploração americana – o ouro espanhol e o pau-brasil português – outras potências marítimas europeias – França, Inglaterra e Países Baixos – passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas, acabando por pôr termo a esta situação no século XVII.

O tratado, no entanto, só foi revogado, em 1750, aquando da celebração do tratado de Madrid, visando a resolução do conflito entre os dois países, na América Latina, por causa da Colónia do Sacramento. Da modificação da linha de Tordesilhas o Brasil adquiriu a sua actual configuração territorial.

Essencial para a compreensão da história do continente americano, o tratado tornou-se uma importante referência não só para a história do Oceano Atlântico, como também para a história do mundo, ao permitir o encontro de continentes e civilizações, separados por oceanos desconhecidos.

Constituído por um caderno de pergaminho com a dimensão de quatro bi-fólios, o *Tratado de Tordesilhas*, integra a colecção das *Gavetas*, apresentando a seguinte cota «Gaveta 17, maço 2, n.º 24», disponível *on-line* no endereço: <http://ttonline.ianntt.pt>, através do código de referência PT-TT-GAV/17/2/24.

Ana Maria Rodrigues

## O Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional ■

EM 1933 DÁ-SE A CRIAÇÃO do Secretariado de Propaganda Nacional que, através da figura de António Ferro, irá proceder à direcção e coordenação da acção de propaganda do Estado Novo. Este Secretariado exerceu a sua actuação, até 1974, junto da Presidência do Conselho de Ministros.

De forma a concretizar a acção de propaganda do Regime, o Secretariado de Propaganda Nacional procurou implementar, a nível interno, entre outras, as seguintes acções: editar publicações que dessem a conhecer a actividade do Estado e da Nação Portuguesa; centralizar a informação relativa à actuação dos diferentes serviços públicos; preparar manifestações nacionais e festas públicas, com intuito educativo ou de propaganda; contribuir para a solução dos problemas referentes à «política do espírito», através da colaboração com artistas e escritores portugueses e do estabelecimento de prémios que estimulassem uma arte e uma literatura nacionais; utilizar a radio-difusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à prossecução da sua missão.

A nível externo, o Secretariado de Propaganda Nacional desenvolveu a seguinte actuação: colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro (como por exemplo as Casas de Portugal e os Centros de Informação); superintendência em todos os serviços oficiais de imprensa que actuassem fora do País; realização de conferências e incentivo ao intercâmbio com jornalistas e escritores; elucidação da opinião internacional sobre a acção exercida nas colónias portuguesas; promoção e patrocínio das manifes-



tações de arte e literatura nacionais, nos grandes centros urbanos.

Como consequência da reorganização dos serviços do Secretariado de Propaganda Nacional, operada em 1944, o novo organismo, designado por Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, concentrou os Serviços de Turismo, os Serviços de Imprensa, a Inspeção dos Espectáculos, que incluíam o exercício da censura, os Serviços de Exposições Nacionais e os Serviços de Radiodifusão.

O Secretariado Nacional de Informação foi extinto em 1968, tendo os respectivos serviços, passado para a Secretaria de Estado de Informação, Cultura Popular e Turismo, da Presidência do Conselho de Ministros.

Paralelamente a esta actividade propagandística, o Secretariado Nacional de Informação foi reunindo um conjunto variado de organismos, cujo papel se centrava mais na acção censória, tanto ao nível do teatro, da literatura, do cinema ou do jornalismo.

Em termos documentais, e no que à censura de peças teatrais diz respeito, esta série é composta por 9225 processos e abrange o período entre 1929 e 1974, podendo-se dizer que a partir dos anos 40 as informações prestadas pela Comissão de Censura sobre as referidas peças incluíam elementos tão variados, como sejam o título da peça, número de actos, quadros e número de registo, acção, valor literário, valor dramático, valor moral, repercussão sobre o público e decisão proposta.

Quanto à censura de obras literárias, encontramos relatórios de livros, incluindo o despacho, a autorização ou não de circulação do livro, o autor, o tradutor, o editor, o número de relatório, o nome do livro, a apreciação do censor e a sua assinatura.

No âmbito das artes plásticas destacamos deste conjunto de documentação, desenhos e gravuras da autoria, entre outros, de Mário Eloy; José Pacheco, Pedro Correia Marques, Artur Niza, Manuel Agapito, Bernardo Marques, Carlos Botelho, Tomaz de Melo, Vera Leroy, Maria Helena Vieira da Silva, Maria Keil do Amaral, Ofélia Marques, Cândido Costa Pinto, Osório, António Sena, Pedro Homem de Melo e Almada Negreiros.

Neste conjunto podemos igualmente encontrar documentação relativa ao turismo, respostas a inúmeros pedidos de publicações sobre Portugal, edição de publicações próprias ou em colaboração, criação de prémios nacionais e internacionais e desenvolvimento e aprofundamento das relações luso-brasileiras.

*Paulo Tremoceiro*

## Novas aquisições ■

PARTE DO ESPÓLIO DE ANTÓNIO BERNARDO DA COSTA Cabral, 1.º Conde e 1.º Marquês de Tomar foi adquirida, no passado mês de abril, ao Palácio do Correio Velho, Soc. Comercial de Leilões, S.A., no *Leilão n.º 179 de livros e manuscritos*. Nasceu em Fornos de Algodres a 9 de Maio de 1803 e faleceu no Porto a 1 de Setembro de 1889. Costa Cabral a quem foi concedido o título de 1.º conde de Tomar, por Decreto de 8 de Setembro de 1845, e o de 1.º marquês de Tomar, por Decreto de 11 de Julho de 1878, exerceu inúmeros cargos públicos, como o de deputado, de presidente da Junta Provisória, de ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de ministro do Reino e de embaixador no Brasil e em Roma. O conjunto documental agora adquirido, inclui centenas de cartas de personalidades da época, de documentos relativos à administração da Quinta de Tomar, ao convento e Ordem de Cristo, à Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, ao Museu de História Natural, à Revolta de Torres Novas (1844), à subscrição pública para o monumento a Luís de Camões em Lisboa. Destaca-se, ainda, um conjunto de cartas da Rainha D. Maria II dirigidas ao reconhecido político. O espólio

agora adquirido, vem complementar o fundo documental existente neste organismo desde 1971 com a designação de *Arquivo da Família Costa Cabral* e descrito no instrumento de descrição documental L 488, disponível na nossa Sala de Referência.

Em Março foi também adquirido no *Leilão de antiguidades, objectos de arte, livros, manuscritos, moedas e garrafeira* realizado pela firma Soares & Mendonça, Lda., o *Livro das visitas dos Bispos de Lamego ao convento de Jesus de Barrô*, compilado em 1713.

Damos ainda notícia da aquisição, no *Leilão N.º 70, de livros, manuscritos, postais e ex-libris*, realizado em Fevereiro pela Livraria Antiquária do Calhariz, de três lotes de manuscritos, sendo um de correspondência dirigida ao Marquês da Foz, outro de diversos documentos do espólio de Sebastião Leite de Vasconcelos (fundador da oficinas de S. José no Porto e bispo de Beja) e por último um *inventário de existência de caixa e géneros alimentares da casa dos Duques de Lafões*.

Catarina Ferreira Guimarães

*Orientações para a Descrição Arquivística: II e III Partes:*

## Autoridades arquivísticas; escolha e construção de pontos de acesso normalizados ■

O IAN/TT, ACTUAL DGARQ, ATRAVÉS do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo (PNDA) e do Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA), concluiu, em Junho do corrente ano, a 1.ª versão provisória das *Orientações para a Descrição Arquivística: II e III partes*. A II parte reporta-se à descrição das autoridades arquivísticas: pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias enquanto produtoras, coleccionadoras, autoras ou custodiantes de documentação de arquivo. Quanto à III parte, disponibiliza orientações para a escolha e construção de pontos de acesso normalizados para pessoas colectivas, pessoas singulares, famílias e ainda para entidades geo-

gráficas. Inclui ainda um conjunto de apêndices: exemplos completos, glossário de termos utilizados, bibliografia e abreviaturas utilizadas.

Terminada a fase de consulta à comunidade arquivística, proceder-se-á à análise dos comentários, críticas e propostas de alteração recebidos e à sua incorporação no texto das *Orientações*. Só então será disponibilizada, no *sítio web* da DGARQ, a versão definitiva. Poder-se-á então considerar concluída a 1.ª versão das *Orientações para a descrição arquivística*, cuja I parte, relativa à documentação, foi disponibilizada em Janeiro de 2006.

Seguir-se-ão, ainda em 2007, acções de divulgação e de formação sobre este novo instrumento de tra-

balho, já que urge difundir-lo junto da comunidade arquivística. A sua utilização mais intensiva dependerá, no entanto, da implementação de um Ficheiro de Autoridades Arquivísticas, em cujo projecto a DGARQ tem vindo a desenvolver trabalho e reflexão.

Pretende-se que as *Orientações* funcionem como um dos pilares para a construção de uma rede nacional de arquivos, mas para que tal se verifique é necessário que os arquivistas delas se apropriem, através da reflexão, do debate e da sua utilização crítica. A DGARQ conta, desde já, com os contributos de todos, que poderão ser remetidos para [pnda@iannt.pt](mailto:pnda@iannt.pt).

Lucília Runa e Joana Braga

## Conhecer e preservar: para uma nova dimensão da cultura europeia no panorama digital ■

7-8 SETEMBRO 2007

DGARQ | LISBOA

A DIGITALIZAÇÃO DE MATERIAIS analógicos e respectiva disponibilização em rede, bem como a produção e recolha de conteúdos nascidos sob forma digital, representam grandes oportunidades de aumentar a presença de conteúdos culturais da Europa na *web*, o conhecimento da cultura e o fortalecimento da cidadania europeia. São, porém, enormes desafios à gestão, partilha e reutilização desses conteúdos, em termos de enquadramentos legais, estratégias organizacionais, modelos económicos e soluções técnicas.

Este seminário, organizado no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia pelo Ministério da Cultura, em colaboração com

a DG INFSO-E3, pretende fazer um ponto de situação de questões várias relacionadas com a acessibilidade e a preservação a longo prazo do património cultural e científico da Europa que se encontra em ambiente digital.

As sessões temáticas de dia 7 são dedicadas a assuntos de natureza predominantemente legal e política. Os direitos de propriedade intelectual, com as suas implicações para serviços de biblioteca, arquivos e museus, aparecem como um tema central na procura do difícil equilíbrio entre controlo e acesso na Sociedade da Informação digital. No mesmo dia, será ainda destacada a importância da coordenação de esforços, da cooperação e do partilhado, tendo em vista a viabilidade, a qualidade e o alcance de projectos de digitalização sistemática.

No dia 8 serão abordados temas de natureza essencialmente técnica. Questões de interoperabilidade dominarão a sessão da manhã, apresentadas na sua dimensão técnica, semântica e em termos de coordenação organizacional, tendo em vista o acesso fácil e integrado a conteúdos diversificados e dispersos. Por último, será abordado o tema da preservação digital, procurando-se dar uma visão do estado da arte sobre a procura de soluções capazes de contornar o problema da rápida obsolescência tecnológica e dar garantias de integridade e de acesso a longo prazo aos conteúdos digitais.

A inscrição é gratuita mas obrigatória.

Informações mais detalhadas em:  
<http://bnd.bn.pt/seminario-conhecer-preservar/index.html>

## DLM-Forum Members Meeting ■

22-23 NOVEMBRO 2007 | DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS ALAMEDA DA UNIVERSIDADE (EDIFÍCIO TORRE DO TOMBO) LISBOA

O DLM-FORUM, INICIATIVA EM CUJA CRIAÇÃO e desenvolvimento a Comissão Europeia esteve envolvida, tem promovido o desenvolvimento de projectos na área da gestão, armazenamento, preservação e acesso continuado a documentos electrónicos. Tendo começado por ser um fórum aberto que reunia de 3 em 3 anos, com o principal objectivo de promover a cooperação alargada entre os Estados Membros da União Europeia na área dos arquivos electrónicos, veio a ser institucionalizado, em 2004, como DLM Network EEIG (*European Economic Interest Group*) – v. [www.dlm-network.org](http://www.dlm-network.org)

A Direcção-Geral de Arquivos irá acolher a realização do próximo Encontro de membros do DLM-Forum. Embora se trate de um Encontro por princípio reservado, a primeira sessão – dia 22 de Novembro a partir das 14:00 horas – será de acesso livre. Nesta sessão será

apresentada uma actualização da especificação MoReq (*Model requirements for the management of electronic records*), especificação originalmente desenvolvida no âmbito do Programa IDA da Comissão Europeia, publicada em 2001 e traduzida para português em 2002 (versão disponível no sítio *web* da DGARQ: [www.iantt.pt](http://www.iantt.pt)). A actualização da especificação MoReq tem estado a ser desenvolvida pela Cornwell Management Consultants, ao longo de 2006 e 2007, devendo esta entidade apresentar a 22 de Novembro uma versão já finalizada do MoReq2, primeira apresentação pública do trabalho. Ainda na mesma sessão, deverá ter lugar um painel de debate entre representantes de alguns Arquivos Nacionais da União Europeia e de algumas empresas fornecedoras de aplicações para gestão de documentos, onde serão abordadas questões relacionadas com o regime de teste e implementação do MoReq2.

A inscrição na sessão pública é gratuita mas obrigatória.

Em breve serão disponibilizados o programa e outras indicações em: [www.dgarq.gov.pt](http://www.dgarq.gov.pt)

## INFORMAÇÕES

### Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

# Arquivo Municipal do Montijo ■

ESTRADA DO PAU QUEIMADO –  
– AFONSOEIRO, 2870 MONTIJO  
TEL. 212326830 | HORÁRIO: 2.ª A 6.ª  
DAS 9H00 ÀS 12H,30 E DAS 14H00  
ÀS 17H,30 | RESPONSÁVEL:  
DR. FRANCISCO CORREIA

AS NOVAS INSTALAÇÕES DESTINADAS ao Arquivo Municipal foram inauguradas, na presença de Sua Excelência a Ministra da Cultura, no passado dia 22 de Junho.

O Acordo de Colaboração, no âmbito do PARAM, celebrado entre a Câmara Municipal do Montijo e a Direcção-Geral de Arquivos (ex-IAN/TT), em Novembro de 2000 e respectivas Adendas, foi cumprido, tendo a DGARQ participado com um financiamento de cerca de 353.200 €, para execução da obra e aquisição de equipamento.

Do importante acervo histórico do Concelho do Montijo, destacam-se as Actas da Câmara (séc. XIX),



Correspondência (início do séc. XIX), documentação da Administração do Concelho (início do séc. XIX), Património e Serviços Financeiros (séc. XVIII) e documentação relativa a Impostos (séc. XVII).<sup>[1]</sup>

## Seminário «Arquivos, Memória Organizacional e Gestão» ■

REALIZOU-SE NO PASSADO DIA 30 de Maio o «Seminário Arquivos, Memória Organizacional e Gestão», organizado pelo Instituto Nacional de Administração com a colaboração da DGARQ, sob a coordenação de Maria João Crespo e Pedro Penteadó. O Seminário teve como objectivo reflectir e discutir os principais problemas que se colocam ao tratamento dos arquivos de modo a que estes possam ser utilizados para apoiar a gestão e garantir a preservação da memória organizacional, tendo em conta o actual contexto de reestruturação da Administração Central do Estado.

Na sessão sobre Arquivos e conhecimento explícito, coordenada por Nuno Venade, gestor do POAP, o evento contou com a participação de Miguel Infante (Reestruturação



de serviços e gestão de arquivos), Manuel Real (Arquivos e sistemas de gestão da qualidade) e Ana Neves (Arquivos e gestão do conhecimento). A sessão sobre Memória arquivística digital, coordenada por Cecília Henriques (D GARQ) teve apenas a participação de Francisco Barbedo (Governo electrónico e preservação digital), devido à ausência de Christine Petillat, por motivos de saúde. O Seminário terminou com uma mesa redonda coordenada por P. Penteadó (D GARQ) que abordou os problemas do investimento na preservação da memória orga-

nizacional e contou com a participação de Isabel Silva (S. Geral do Min. Economia), Carlos Damas (Grupo BES) Fernanda Rollo (UNL; consultora do projecto de arquivo da Rádio Marconi, da Fundação Portugal Telecom), onde se salientou a necessidade de reforçar a colaboração das universidades com os arquivos na salvaguarda e valorização da informação arquivística.

Entre as conclusões do Seminário, que teve a participação de 60 profissionais da Administração Pública, destaque para a necessidade de continuar este *forum* de reflexão e debate com especialistas de diferentes áreas interessados na correcta gestão do recursos arquivísticos, base do conhecimento das organizações.

## AGENDA

### Exposições



14 DE JULHO A 4 DE NOVEMBRO

#### Crónicas Portuguesas › Exposição Retrospectiva de Georges Dussaud



Preparação do pão, a mulher e a criança. Telhado. Serra do Barroso. Trás os Montes. Fevereiro de 1983

A mostra apresenta uma selecção de belíssimas imagens a preto e branco com aspectos de paisagens e costumes captados pela objectiva deste prestigiado fotógrafo francês, de estilo humanista, em regiões como Trás-os-Montes, Minho, Douro, Lisboa ou Alentejo.

#### À Flor da Pele › fotografias de David Infante



Cabanas 2005

Vencedor ex-aequo com João Leal do Prémio Pedro Miguel Frade atribuído pelo Centro Português de Fotografia em 2005, este jovem autor dá agora a conhecer ao público um conjunto de 25 auto-retratos a preto e branco que de forma intencionalmente simbólica representam o homem sem utensílios, nú na sua fragilidade, em contacto com a natureza.

#### Landscape Theories › fotografias de Danilo Pavone



Landscape theories. Minas da Panasqueira. 2005

Seleção de 8 imagens do fotógrafo italiano Danilo Pavone que retratam paisagens diurnas e nocturnas, em cor e preto e branco, apresentadas sob a forma de dípticos e trípticos que procuram construir um sentido e não uma realidade.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA/DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS  
EDIFÍCIO DA CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO  
CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA, 4050-368 PORTO  
TEL. 22 207 63 10 | FAX 22 207 63 11 | EMAIL@CPF.PT | WWW.CPF.PT  
HORÁRIO DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES: 3.ª A 6.ª 15:00 ÀS 18:00  
SÁB. DOM. E FER. 15:00 ÀS 19:00 | ENTRADA LIVRE

#### e-SciDIR Workshop Study

DGARQ → 4 de Setembro

*Towards a European  
e-Infrastructure for e-Science  
Digital Repositories*

[www.e-scidir.eu/](http://www.e-scidir.eu/)

#### Digital Preservation Europe

DGARQ → 5-6 Setembro

*Conferência por Seamus Ross*

#### Seminário Internacional

DGARQ → 7-8 de Setembro

*Disclosure and Preservation:  
Fostering European Culture in the  
Digital Landscape*

#### Seminário Internacional

AHU\* → 8-10 de Outubro 2007

*Memórias Lusófonas: A Saída  
da Corte para o Brasil*

#### IV Reunião do Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa

AHU → 11 de Outubro

#### VIII Reunião da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental

– COLUSO –

AHU → 12 de Outubro

\*AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

Tel. 213616330 | [ahu@iict.pt](mailto:ahu@iict.pt)  
<http://www.iict.pt>